



Os “perigosos” Grupos de Onze Companheiros e sua repressão no Alto Uruguai Gaúcho

MARLI DE ALMEIDA*

O presente artigo analisa as perseguições ocorridas a membros dos Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas, da Região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul como parte da prática do terrorismo de Estado (TED), sistema utilizado pela ditadura militar implantada a partir do golpe de 1964, buscando eliminar toda e qualquer oposição ao regime.

A ditadura militar brasileira, implantada a partir do golpe civil-militar de 31 de março de 1964, apesar de ser considerada “ditabranda” nos seus primeiros tempos e mais violenta a partir do Ato Institucional nº5, manifestou o alcance de seu poder com a aplicação do terrorismo de Estado (TED) logo nas primeiras semanas que se seguiram ao referido golpe. Tratou-se rapidamente de eliminar qualquer oposição e acabar com a “ameaça” representada por líderes populares e pessoas ligadas a eles. Com o Ato Institucional nº1 (AI1), de 9 de abril de 1964, foram cassados os mandatos dos políticos ligados ao PTB, que haviam sido eleitos democraticamente, iniciada a repressão, perseguição e até mesmo torturas em diversas partes do país, “milhares foram presos na ‘Operação Limpeza’, sendo que a repressão foi especialmente severa no Nordeste” (SKIDMORE, 1988:55-56), visto que lá atuavam o governador Miguel Arraes, que pregava a reforma agrária “na lei ou na marra”, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, o educador Paulo Freire, entre outros, todos ameaçadores à ordem vigente, “perigosos subversivos”. Já de início, implantou-se o uso do terror como instrumento de dominação política.

Conforme Padrós,

Na sua dinâmica de funcionamento, o TED procurou agredir tanto alvos selecionados (líderes, políticos, militantes sociais, intelectuais) quanto outros indiscriminados. Isto ocorreu pela existência de um grande número de “inimigos” reconhecidos como tais e localizados em “zona de combate” – área guerrilheira, bairros populares, instituições universitárias e secundaristas – e pela identificação da população, em geral como potencial inimigo. O ponto de partida foi a percepção da existência de um conflito interno contra um inimigo infiltrado por toda a sociedade, que era agente da conspiração internacional solapadora dos valores e princípios da ordem vigente. (PADRÓS, 2014:17)

* Doutoranda no PPGH da Universidade de Passo Fundo, bolsista da CAPES. Autora do livro: *Onde estão os Grupos de Onze?: os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS*. Passo Fundo: UPF, 2005., parte dos dados apresentados nesse artigo são baseados em pesquisa feita para o mestrado e publicadas neste livro.

Márcio Moreira Alves, já em 1966 publicava um livro denunciando as torturas praticadas imediatamente após a instauração do regime militar, salientando a falta de necessidade da prática do terrorismo de Estado, visto que não houve reações ao golpe civil-militar.

Após o golpe militar, fulminante e incruento, o País estava, como está, em perfeita calma. As torturas não buscavam informações urgentes, não eram exercidas contra inimigos em pé de guerra. Nenhum atentado colocou em perigo as vidas dos vitoriosos ou a segurança dos cidadãos. Não existia a mais remota possibilidade de reação organizada contra o governo constituído. A debacle das forças que apoiavam os Srs. João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes e outros, fora completa. O Exército empolgara o poder com mão firmíssima. A recomposição das forças de esquerda até hoje é politicamente problemática. Militarmente era impossível. Consequentemente, as torturas revestem-se de um sadismo absolutamente gratuito. Foram feitas, em certos casos, para apurar as denúncias de armas que estariam sendo entregues a sindicatos, proferidas pelo deputado Billac Pinto e outros como preparação psicológica do golpe e que alguns militares acreditavam verdadeiras. Em outros, simplesmente para aterrorizar e espezinhar os vencidos. Buscavam informações secundárias, procuravam envolver inimigos políticos que os torturadores ou seus grupos não conseguiam incriminar de outra forma. Por vezes não tinham objetivo algum ou visavam, simplesmente, a que o torturado confessasse suas ligações com o partido comunista. Frequentemente, adquiriram um aspecto de vingança pessoal, ou de desrecale das frustrações dos carcereiros, impossibilitados de tocarem nos inimigos mais odiados. (ALVES, 1966:22)

Alves começou denunciando torturas praticadas no Rio de Janeiro cometidas por Carlos Lacerda, em reportagem do jornal Correio da Manhã, de 03 de abril de 1964, e “no mesmo dia eram noticiadas prisões em massa no Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo” (ALVES, 1966:29). Prosseguindo sua investigação denunciou vários casos de torturas praticadas por militares, especialmente no Recife.

Nessa perspectiva de eliminação de qualquer foco de resistência – real ou imaginária – a repressão se espalhou, atingindo diversas áreas, entre elas, a região do Alto Uruguai¹ do Rio Grande do Sul, onde pessoas que tiveram seus nomes elencados nas listas dos Grupos de Onze Companheiros, em sua maioria agricultores semi-alfabetizados, foram presos e torturados. Nessa região ocorreram perseguições e torturas relacionadas com os Grupos de Onze, configurando para os novos mandantes do poder, uma “zona de combate”, talvez pela

¹ A área de abrangência da região Alto Uruguai varia de acordo com o órgão do governo ou privado que a delimitam, ficando entre 21 municípios (Bradesco) e 46 (Emater). A delimitação da região utilizada neste trabalho é a da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), que se compõe atualmente de 32 municípios, sendo que o principal é Erechim, onde os envolvidos com os Grupos de Onze sofreram os Inquéritos Policiais Militares e ficaram presos. Na época estudada, a região abrangia 18 municípios.

configuração geográfica da região, planáltica, bastante “dobrada”, condição teoricamente favorável à organização de uma guerrilha.

Formados por Leonel Brizola, político gaúcho e deputado federal pela Guanabara, esses grupos foram alardeados pela imprensa conservadora como grupos guerrilheiros prontos para implantar o comunismo no Brasil, e dentro da proposta do regime de Segurança Nacional implantado, deveriam ser eliminados.

Leonel Brizola e a formação dos Grupos de Onze

Leonel de Moura Brizola, político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), figura relevante na política brasileira, no período democrático pré 1964, protagonizou um dos maiores levantes civis, o movimento da Legalidade, responsável pela posse de João Goulart como presidente e tornou-se uma liderança importante das esquerdas brasileiras, influenciando os acontecimentos que desembocaram no golpe civil-militar que depôs Goulart e instaurou a ditadura militar no Brasil.

Natural de Carazinho, no Rio Grande do Sul, de origem humilde, estudando com dificuldade chegou a se formar engenheiro. Admirador de Vargas, Brizola ingressou no PTB em agosto de 1945, fazendo parte do primeiro núcleo gaúcho do partido, onde adquiriu sua experiência política e formação ideológica.

Com uma grande capacidade de comunicação com as massas trabalhadoras, Brizola teve uma carreira política meteórica. Em 1947 elegeu-se deputado estadual na legenda do PTB, em 1955, prefeito de Porto Alegre e, em 1958, governador do Estado. Na sua gestão procurou colocar seu discurso em prática, atendendo às reivindicações das massas trabalhadoras, como saneamento básico, escolas primárias e transportes coletivos. Brizola mantinha constante contato com o povo que o elegeu: “seu forte era o rádio, onde falava todas as sextas-feiras, às vezes por duas horas seguidas, expondo seus planos, defendendo-se das críticas e pedindo apoio da população para sua administração” (*O Rio Grande*, 1978: 17). Quando, em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou à presidência, alegando não ser possível governar com “aquele Congresso”, os ministros militares - marechal Odílio Denis, da Guerra; vice-almirante Sílvio Heck, da Marinha e brigadeiro Gabriel Grun Moss, da Aeronáutica – mobilizam-se para evitar a posse do vice-presidente. Contudo, isso gerou reações até mesmo dentro do Congresso, que pretendia respeitar a Constituição. Em várias

regiões surgiram movimentos para garantir a posse do presidente, sendo que a mais organizada ocorreu no Rio Grande do Sul, sob a liderança do governador Leonel Brizola, cunhado de João Goulart. Apesar de não ter atingido completamente seu objetivo o episódio da Legalidade - que era Goulart assumir o governo do país no regime presidencialista - mostrou a força do povo organizado e projetou nacionalmente Brizola como líder popular, sendo até mesmo considerado um herói pelo povo do Rio Grande do Sul. Entretanto, esse feito lhe angariou a antipatia dos contrários à posse de do presidente e setores conservadores das forças armadas. Os militares que, mais tarde, assumiriam o poder com a derrubada de Jango, presenciaram pela primeira vez na história do Brasil, uma intervenção na vida política do país impedida por um civil. Dispondo apenas de uma rádio, uma Brigada Militar e voluntários civis, Brizola imobilizou o Exército, a Aeronáutica e a Marinha de Guerra.

Após o sucesso no episódio da Legalidade, elegeu-se deputado federal pelo estado da Guanabara, onde prosseguia com sua luta anti-imperialista de forma cada vez mais radical e pelas reformas de base, realizando constante pressão sobre João Goulart. Ferreira afirma que “o nome de Brizola passou a significar o que de mais à esquerda havia no trabalhismo brasileiro, expressando e unificando ideias e crenças de grupos esquerdistas heterogêneos e muitas vezes divergentes” (FERREIRA, 2011: 288). Em 1962, liderou a formação da Frente de Mobilização Popular (FMP). Tornou-se, então, figura central do PTB, o líder da esquerda radical. A FMP adquiriu a Rádio Mayrink Veiga, na Guanabara, onde Brizola fazia suas pregações todas as noites. À ela somavam-se várias outras estações que cobriam quase todo o país, com uma audiência de cerca de dez milhões de pessoas.

Devido às dificuldades de implantação do projeto reformista e pressentindo o avanço de um golpe de direita, em fins de 1963, Brizola passou a articular grupos de onze integrantes para pressionar o Congresso na votação das reformas e também para fazer frente ao golpe que se avizinhava. Entendia que, como no episódio da Legalidade, o Congresso só tomaria decisões populares sob forte pressão da classe trabalhadora organizada.

A partir de outubro de 1963, em pronunciamentos pelo rádio, conclamou o povo para a formação dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas, semelhantes a um time de futebol, pois todos os brasileiros, até mesmo os mais simples e analfabetos, conheciam esse tipo de organização. Esses grupos seriam para apoiar a reforma agrária, defender a bandeira brasileira contra o imperialismo e para, com sua atuação organizada, forçar as reformas de base. Muitos atenderam à solicitação de Brizola e partem para a

organização de listas de 11 pessoas, formando os Comandos Nacionalistas. Era uma época em que grande parte da população brasileira era de semi-alfabetizados ou analfabetos e muitos seguidores de Brizola eram pessoas simples e crédulas, sem condições de avaliar as implicações desses atos. O rádio era o veículo de comunicação de massa, sendo que ouvir as palestras de Leonel Brizola era um hábito comum entre os trabalhadores. Segundo depoimento de Valdetar Dornelles, da cidade de Três Passos, era mesmo um evento social, pois a comunidade local se reunia nas sextas à noite, assavam churrasco, as mulheres levavam quitutes e os rapazes e as moças aproveitavam para namorar. Ouviam as pregações de Brizola e ficavam debatendo as propostas do líder político. Só em Três Passos, ele relata que foram formados 18 Grupos de Onze, mas as listas não haviam sido enviadas à Leonel Brizola e foram destruídas por ele por ocasião do golpe civil-militar.

As listas com os nomes dos integrantes dos grupos eram enviadas para a Mayrink Veiga e divulgadas, dando a entender que havia grupos organizados em todo o Brasil, prontos para a luta armada. A rapidez na formação desses grupos é assustadora (aos militares principalmente e não menos nas classes dominantes), tão grande era o prestígio de Brizola ante a população. Em apenas três meses, foram formados 5.304 grupos, num total de 58.344 pessoas, distribuídas particularmente pelos Estados do Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo – número apresentado em vários sites da internet, sem indicação de fontes – quantidade de difícil comprovação, tendo em vista que a documentação é parcial, devido à destruição dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e da Rádio Mayrink Veiga, e que grupos formados não haviam enviado suas listas, ficando no anonimato. Brizola assegurou que chegaram a se formar 24 mil grupos de onze em todo país (Coojornal, 02/1981), já Paulo Schiling, que era assessor direto de Leonel Brizola, afirmou que se formaram de 30 a 40 mil grupos (SCHILLING, 1979:243) e Neiva Moreira, secretário da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) apresentou um número muito maior: de 60 a 70 mil Grupos de Onze constituídos até 31 de março de 1964 (MORAES, 1989:141). Isto era suficiente para acirrar ainda mais os já exacerbados ânimos dos militares e da burguesia que intensificam a campanha anticomunista, pois a alta oficialidade militar acreditava que, pela ação de Brizola e seus Grupos de Onze e também pelas organizações esquerdistas em luta pelas Reformas de Base, a guerra revolucionária já estava em curso no Brasil. O jornal *A Voz da Serra*, de circulação regional, fazendo eco à imprensa nacional e estadual que publicava constantes reportagens denunciando os grupos como revolucionários comunistas,

publicou em 19 de março de 1964: “401 Grupos dos 11”: “Extraoficialmente colheu nossa reportagem, que em nossa comuna já existem 401 Grupos dos Onze, agrupamentos estes determinados pelo deputado federal Leonel Brizola. O chamado Grupo dos 11 vem encontrando repercussão em todo país”. Era uma notícia preocupante, pois, se numa região como o Alto Uruguai haviam 401 grupos, quantos não haveriam no restante do estado? E no país?

Os Grupos de Onze na Região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul

Os Grupos de Onze, devido ao fato de a imprensa apresentá-los como grupos de guerrilha, preparando-se para tomar o poder e implantar o comunismo, causaram muito medo. Porém, muitos dos que assinaram as listas ignoravam qualquer objetivo de guerrilha ou luta armada. Os grupos formados no interior da Região Alto Uruguai, por exemplo, que eram em sua maioria colonos ou moradores de cidadezinhas do interior, nunca haviam se reunido, sequer estavam esclarecidos sobre o que eram esses Comandos Nacionalistas e quais seus objetivos.

A formação desses grupos ocorreu de forma muito espontânea. Há depoimentos de agricultores que, ouvindo as conclamações de Brizola pelo rádio, pegavam seu cavalo, ou mesmo a pé, iam de casa em casa, por quilômetros, nos vizinhos e conhecidos buscando as assinaturas para a “lista dos onze”. Outros, visando atender rapidamente os apelos, colocavam nas listas nomes de pessoas de sua família: velhinhas de 70 anos e crianças de poucos meses de idade, prática incoerente com objetivos de luta armada. Seus nomes eram lidos na rádio por seu líder, o que lhes dava grande satisfação. Brizola organizou uma cartilha para a formação desses grupos, porém a maioria dos grupos da região Alto Uruguai dela não tiveram conhecimento. Essa cartilha foi publicada no jornal editado pela FMP, *O Panfleto*, mas não chegava à região estudada. Alguns relatam ter recebido a cartilha pelo correio. Nela constava as instruções para a formação dos grupos e o modelo de ata a ser assinado e enviado para a rádio Mayrink Veiga.

Em 31 de março de 1964 ocorreu o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e instaurou a Ditadura Militar no Brasil. Não houve a tão esperada resistência pelos Grupos dos Onze, que aliás, nem apareceram. Brizola ainda tentou organizar uma resistência

no Rio Grande do Sul. Um agricultor disse, em depoimento, que ouviu pelo rádio seus apelos: “Onde estão os Grupos de Onze?”, mas pegou sua enxada e foi trabalhar, porque não sabia do que ele estava falando.

O regime de Segurança Nacional, utilizando-se da TDE procurou eliminar focos que ameaçavam os interesses que defendia já nos primeiros dias após o golpe civil-militar. As perseguições aos Grupos de Onze foram referendadas e até cobradas pela grande imprensa, que buscava as provas de que a guerra revolucionária era real. No período de abril a dezembro de 1964 foram encontrados nos jornais o maior número de notícias sobre os grupos, sendo que o “expurgo dos comunistas” era apoiado pela sociedade e pela Igreja: “D. Jaime prega punição com justiça para a preservação da comunidade” (Diário de Notícias, 19/04/1964). O apoio de boa parte da população antes do golpe é apresentado por Padrós como um dos elementos da TDE:

Os cidadãos acabam convencidos pelo discurso oficial da existência de uma ameaça permanente representada por agentes decididos a destruir as bases societárias conhecidas – convencimento fomentado pelo tom ‘apocalíptico’ dos meios de comunicação associados/cooptados pelo sistema, ou pelo discurso oficial e apologeticos da intervenção saneadora das Forças Armadas – tornam-se vítimas de uma armadilha política. (PADRÓS, 2014:19)

A consciência de que a intervenção das Forças Armadas afetaria toda a sociedade, com a supressão da liberdade só veio mais tarde. Nesse primeiro momento eram apoiadores das atrocidades praticadas pelos militares, justificando-as como saneadoras.

As listas com os nomes dos integrantes dos grupos foram confiscadas pelos militares e aqueles cujos nomes constavam nessas listas foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e perseguidos. Um destacamento militar composto de 100 policiais, chefiado pelo cel. Gonçalino Cúrio de Carvalho atuou na região estudada. Apontado por muitos como terrível, Gonçalino espalhou pavor entre os moradores da região: “O comércio paralisou e os pacatos colonos não mais se dirigem à sede de seus municípios pelo temor de serem detidos.” (Correio do Povo, 19/05/1964).

Policiais fortemente armados entravam nas casas, reviravam tudo, buscando as supostas armas que os grupos teriam, encontrando apenas espingardas de caça que comumente os colonos têm. Então eram levados a prisão, onde ficavam de 3 dias a semanas, dependendo se era líder de grupo ou apenas constasse na lista. Os familiares ficavam

desesperados, sem saber o que estava acontecendo e nem se pai ou o filho voltariam para casa. Muitos foram presos apenas por ouvir as palestras de Brizola pelo rádio.

Nos depoimentos de pessoas de outras regiões do RS – como em Santa Maria, em pesquisa feita no Laboratório de História Oral do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) – não há relatos de abusos e torturas como os que ocorreram no Alto Uruguai, porém todos tiveram de comparecer à delegacia e prestar declarações.

Nas pesquisas nos processos do órgão de Supervisão de Ordem Política e Social (SOPS)² e nos depoimentos orais percebe-se a ignorância dos envolvidos em relação ao comunismo e luta armada. Eram, na maioria, agricultores muito religiosos, tendo muito medo do comunismo. Todos acreditavam estar contribuindo para a realização das Reformas de Base, defendendo a bandeira brasileira e que poderiam receber sementes, tratores, terra, se a reforma agrária se efetivasse. Nenhum deles havia recebido armas ou instruções em relação a luta armada. Não haviam sequer se reunido como Grupo de Onze.

Não foi possível determinar o número exato de Grupos de Onze formados na Região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul³, podendo estimar em 30 a 40 grupos. Nos documentos do Sops/Erechim, uma lista de 158 nomes de pessoas da Região Alto Uruguai presas por envolvimento com os Grupos de Onze, com a data de entrada e saída da prisão, sendo que vai de 3 dias a 21 dias, mas Helmuth Pedro Nottar, de Mariano Moro, deu entrada na prisão em 03 de abril de 1964 e saiu em 21 de maio de 1964. Os membros do Grupo de Onze desta cidade foram presos já no dia 03 de abril, no terceiro dia após o golpe civil-militar. Alguns dos envolvidos conseguiram fugir, não sendo aprisionados, como relatou o filho de um deles, que preferiu não se identificar: “meu pai ficou 3 semanas escondido no mato, lá em Marcelino Ramos, para não ser preso”.

² Os membros dos Grupos de Onze foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e sofreram Inquéritos Policiais Militares. Constam no arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, vários processos envolvendo os grupos formados na região Alto Uruguai – curiosamente, somente dessa região – principalmente das cidades do interior, como Erval Grande, São Valentim, Baliza, Gaurama, Severiano de Almeida, Sananduva, Machadinho, Campinas do Sul, Planalto, Paim Filho e Mariano Moro.

³ Os documentos não são esclarecedores quanto ao número exato, muito menos com o que ocorreu com os indiciados. Pela quantia de pessoas indiciadas e pelas recomendações especiais de cuidados e de prisão aos “cabeças” das listas, é possível aproximar o número de 30 a 40 grupos. Algumas vezes são citadas duas a três pessoas como cabeças do mesmo grupo ou uma pessoa liderando mais de um grupo. No ofício nº 230/64, enviado pelo delegado regional à Secretaria da Segurança Pública, consta o relato da prisão de 40 indiciados, que seriam cabeças de grupos, mas nos depoimentos percebe-se que alguns faziam parte do mesmo grupo, não sendo o número citado correspondente ao número de grupos formados. Documentação do Sops/E. Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS.

As prisões, os maus tratos e até torturas recebidas deixaram marcas, vergonha, depressão profunda, pois foram tratados como criminosos e acusados de comunistas, o que lhes deixou abalados e mal vistos pela comunidade. Em depoimentos⁴ à autora, por familiares ou pelos próprios envolvidos, foi possível reconstituir algumas das práticas. Alguns depoimentos foram dados sob forte emoção, ao lembrar dos acontecimentos, como é o caso da família de Darci Baccin, agricultor de Campinas do Sul: “Vieram prender meu pai com um camburão, cheio de policiais armados, como se ele fosse um homem perigoso. Levaram ele aos empurrões. Ficou na prisão 3 dias, tinha de dormir no chão e não lhe deram comida. Revistaram tudo, queriam as armas. Quando voltou só ficava sentado quieto, ficou em depressão profunda.” Outro agricultor do interior Gaurama conta que ele e o vizinho foram presos, mas não tinham assinado a lista dos Grupos de Onze, apenas eram simpatizantes do Brizola, e foram denunciados pelo padre do local. Sobre o vizinho ele relata: “o Alfredo Rill ficou fora da ideia, não dava mais pra conversar com ele”. Nilo Copinni, de Campinas do Sul, relata que um primo de Leonel Brizola morador da localidade também foi preso por causa dos Grupos de Onze e que, em sessão de tortura, enfiaram-lhe agulhas debaixo das unhas, depois arrancaram-nas com alicate. Ao sair da prisão estava todo machucado. Paula Fannin Longo, lembrando do pai já falecido, relata: “Meu pai ficou três dias preso [...] ele contava que bateram nele, que botaram revólver na cabeça, no estômago, fizeram ele dizer coisa que não tinha, que tinha arma. Ele nunca mais ficou bom, só vivendo em médicos depois, deu depressão, deu úlcera, esclerose. Até o médico deu atestado dizendo que foi da prisão que ele ficou assim”. Gelsomino Appi, que era um líder petebista na época, relatou em entrevista à autora: “Desfilavam pela rua [em Erechim] com uns de Paim Filho, algemados, pra todo mundo ver o que eram os comunistas”.

Em Mariano Moro, cidadezinha do interior da Região Alto Uruguai, a ata de formação do Grupo de Onze foi registrada em cartório, demonstrando a crença de estar participando de uma ação legal e democrática. Já no dia 03 de abril de 1964 foram presos membros desse grupo. Leopoldo Chiapetti, apontado como presidente do grupo na localidade, foi preso na delegacia de Severiano de Almeida e no presídio regional de Erechim, de 30 de abril a 21 de maio de 1964, sendo que

⁴ Algumas das pessoas entrevistadas não quiseram ser identificadas, e outros não quiseram nem mesmo dar depoimentos, negando qualquer vinculação ao Grupo de Onze, mesmo que seu nome constasse na lista de presos envolvidos com os grupos em 1964, demonstrando que apesar de passado tanto tempo, o assunto ainda lhes é dolorido, traz medo e vergonha.

Foi barbaramente torturado, submetido a afogamentos em água gelada, a choques elétricos e sevícias. Sofreu ainda torturas psicológicas, permanecendo nu e incomunicável durante todo o período de detenção, para que “entregasse informações sobre as ações do grupo e as armas”. No dia 03 de maio de 1964, Leopoldo foi internado devido a graves lesões ocasionadas pela tortura e ficou sob custódia no Hospital Santa Terezinha, de Erechim, como atestam os documentos armazenados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Posto em liberdade no dia 21 de maio de 1964, o agricultor continuou sendo obrigado a comparecer semanalmente à delegacia de Severiano de Almeida para assinar o livro dos “elementos vigiados”.[...] Em decorrência dos maus-tratos sofridos na prisão, Leopoldo ficou com a saúde debilitada. Mesmo tendo se submetido a tratamento médico-hospitalar durante meses, morreu em consequência dos problemas ocasionados pela tortura, em 21 de maio de 1965, aos 59 anos. (CARNEIRO, 2010:300)

Outro caso conhecido da região foi o de Arquimino Assmann, líder de um Grupo de Onze organizado na localidade de Baliza, em Gaurama. Ele era admirador de Leonel Brizola e era comum se reunir com os vizinhos em sua casa para escutar no rádio os discursos do político. A referência documental é que ele ficou preso de 18 a 21 de maio, mas sua esposa afirma que ficou preso durante seis dias. “Queriam obrigá-lo a confessar que possuía armas escondidas no porão de sua casa. Ele não tinha armas e não confessou, mas foi amarrado no pau de arara, surrado e torturado até com pingos de gasolina que caíam sobre a sua cabeça. Também não recebeu comida nem água enquanto esteve preso” (A Voz da Serra, 27/05/1999). Enquanto Arquimino esteve preso, sua casa foi invadida por homens armados que procuravam armas. Por causa das torturas, ao sair da prisão, foi internado em um hospital psiquiátrico, não voltando a ter uma vida e convivências normais até sua morte, em 1979.

Além da prisão, os envolvidos com as listas dos Grupos de Onze, foram alvo discriminação nas comunidades onde moravam, sendo apontados como comunistas por vizinhos, seus filhos impedidos de brincar com outras crianças, sofrendo vergonha e afastamento por parte dos vizinhos. Ainda, todos deviam apresentar-se semanalmente na delegacia local ou da cidade de Erechim, para assinar o livro dos “elementos vigiados”, mantendo-os sob vigilância.

A atuação dos militares foi enfrentada pela bancada petebista da Assembleia Legislativa, que exigiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias contra os abusos por parte do coronel Gonçalves:

particularmente na região de Erechim, essas tropelias chegaram a extremos insuportáveis, com a prisão arbitrária de centenas de pessoas mantidas em presídios

locais superlotados, por vários dias e semanas, sem qualquer formação ou simples indicação de culpa. [...] Além de outras violências inqualificáveis, modestos agricultores e respeitáveis chefes de famílias foram carregados em caminhões de carga como animais ou malfeitores contumases, exibidos pelas ruas de vilas e cidades, num espetáculo deprimente e desumano, que a ninguém honra e a todos envergonha. (A Voz da Serra, 25/06/1964).

Coronel Gonçalino e seu destacamento permaneceram na região até outubro de 1964, sendo que não se soube o resultado da CPI. Porém, presume-se que não houve punição, pois conforme o próprio presidente Castelo Branco “houve alguns excessos na feitura dos IPMs, mas que deve ser reconhecida a pureza dos ideais dos coronéis que os realizaram” (O Nacional, 30/10/1964). Afinal, isso tudo era uma resposta defensiva e patriótica contra as forças terroristas integradas por “subversivos apátridas a serviço do comunismo internacional”. A repressão e o silêncio (e/ou desinformação) consistiam em mecanismos funcionais e complementares, vitais para a ditadura e seus interesses orgânicos. A conivência de parte da sociedade e da imprensa – e mais tarde a censura explícita – garantiu a invisibilidade do terror de Estado, ou, então o seu mascaramento mediante o deslocamento de sentido através de uma releitura que realçava a resposta defensiva e patriótica contra as forças terroristas (PADRÓS, 2014:26). Essa postura foi aceita e referendada pela sociedade, como relatou uma colega de trabalho, que sua mãe gostava muito do cel. Gonçalino, que era um senhor muito distinto e educado e estava fazendo tudo para livrar a região dos comunistas.

Após muitas prisões e investigações, no final de 1964, a justiça militar começou a acreditar que os envolvidos nas listas dos Grupos dos Onze não eram perigosos guerrilheiros revolucionários, nem configuravam delito que infringia a Lei de Segurança Nacional e passaram a ser absolvidos. Mesmo assim, o imaginário dos Grupos de Onze Companheiros como grupos revolucionários comunistas permaneceu.

Conclusão

A classe média e parte da burguesia nacional “alertadas” pelas campanhas anticomunistas - jornais, televisão, rádio - passaram a apoiar e a desejar o golpe militar. Pelo contexto de Guerra Fria, tudo era debatido em torno de democracia versus comunismo, acirrando os ânimos e contribuindo para agravar a situação de crise política pela qual passava o país, situação na qual a criação dos Grupos de Onze Companheiros por Leonel Brizola só serviu para dar munição à direita conservadora, que temerosa de perder privilégios, apelou

para as Forças Armadas – que em conluio com os Estados Unidos, em luta feroz contra o comunismo – suprimiu o regime democraticamente instituído.

Assim, no Brasil, como em outros países da América do Sul, implantou-se um regime de Segurança Nacional, que utilizou o terror de Estado para eliminar as lideranças populares, o enfraquecer e isolar os setores de esquerda e suprimir os setores reformistas. Já nos primeiros dias após o golpe – como comprovam prisões feitas em 03 de abril de 1964 na região Alto Uruguai – iniciou-se a “caça às bruxas” sobre os supostos inimigos da “democracia”, “perigosos agentes do comunismo internacional” que estavam colocando em risco a civilização ocidental com sua luta pelas Reformas de Base, principalmente a agrária. Os Grupos de Onze Companheiros se enquadravam nessa classificação, e mesmo sem prova nenhuma de sua suposta ação guerrilheira, as pessoas que assinaram as listas de formação dos grupos foram enquadradas na Lei de Segurança Nacional. No caso específico da região Alto Uruguai, sofreram perseguições e torturas, gerando medo e insegurança. Mesmo sendo, em sua maioria, pacatos agricultores católicos, foram acusados de comunistas e presos de forma ostensiva, com grande aparato policial militar. Muitos foram expostos publicamente: os militares desfilavam pela avenida principal de caminhão, com as pessoas acorrentadas para serem vistas pela sociedade, gerando medo, vergonha e discriminação. Além disso, vários relataram ter sofrido torturas, sendo que houve mortes como consequência direta delas e/ou após quadro depressivo relacionado com o tempo de permanência na prisão.

Apesar dessas práticas criminosas terem sido denunciadas e exigida uma CPI sobre a atuação do cel. Gonçalino, a violação dos direitos humanos foi vista como necessária, justificada como meio de garantir a salvação da “civilização democrática, ocidental e cristã” sendo ignorada, silenciada ou mesmo tolerada, pois servia para expurgar o comunismo e manter a população sob controle. As torturas foram classificadas como “tropelias”, e os crimes colocados como “excesso de zelo no cumprimento do dever”, não havendo punição aos culpados. A repressão aos Grupos de Onze estava dentro do propósito da “pedagogia do medo” do TED, mantendo um clima de terror na região e produzindo os efeitos de alienação, desequilíbrios psíquicos, intimidação, submissão, sensação de impotência e aceitação passiva das estruturas autoritárias (PADRÓS, 2014: 21), efeitos esses que puderam ser verificados na atualidade, com a recusa de dar entrevistas ou de ser identificados, apresentando temor, seja de represálias, seja de ser reconhecido pelo grupo social como um dos “comunistas”.

Quanto aos agricultores, afoitos por participar da política, ajudar o líder Leonel Brizola na sua pressão para a realização das Reformas de Base e melhorar de vida através dessas medidas, sofreram as consequências de ter ousado sonhar: nem reforma agrária, nem sementes, nem tratores, nem ajuda do governo. Em vez disso perseguições, prisões, torturas, humilhações, vergonha, desonra. Crime: ter participado dos Grupos de Onze Companheiros.

Referências

- ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_torturas_e_torturados.pdf. Acesso em 23/03/2015
- BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os Grupos de Onze?: Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Arthur; RUPERT, Sylvania (orgs.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 13-36.
- SHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979. v. 1.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Jornais

- A Voz da Serra – 1964, 1999 – Erechim – RS.
- Diário de Notícias – 1963 – 1964 – Porto Alegre – RS
- Correio do Povo – 1964 – Porto Alegre – RS
- O Nacional – 1964 – Passo Fundo - RS

O Rio Grande – 1978 – Porto Alegre – RS